

Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente

Repositorio Institucional del ITESO

rei.iteso.mx

Departamento de Estudios Socioculturales

DESO - Artículos y ponencias con arbitraje

2005-07

Do intercâmbio de mensagens à produção de sentido: implicações a partir de uma perspectiva sociocultural no estudo da comunicação

Fuentes-Navarro, Raúl

Fuentes-Navarro, R. (2005) "Do intercâmbio de mensagens à produção de sentido: implicações a partir de uma perspectiva sociocultural no estudo da comunicação". *Conexão, Comunicação e Cultura* 4(8). Brasil: Universidade de Caxias do Sul.

Enlace directo al documento: <http://hdl.handle.net/11117/2682>

Este documento obtenido del Repositorio Institucional del Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente se pone a disposición general bajo los términos y condiciones de la siguiente licencia:
<http://quijote.biblio.iteso.mx/licencias/CC-BY-NC-2.5-MX.pdf>

(El documento empieza en la siguiente página)

DO INTERCÂMBIO DE MENSAGENS À PRODUÇÃO DE SENTIDO: IMPLICAÇÕES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL NO ESTUDO DA COMUNICAÇÃO

Raúl Fuentes Navarro*

“Comunicação” é um rico emaranhado de fios intelectuais e culturais que codifica as confrontações de nosso tempo consigo mesmo. Compreender a comunicação é compreender muito mais. (PETERS, 1999, p. 2).

Este trabalho pretende tratar e submeter para debate algumas premissas conceituais e práticas que, em contextos latino-americanos contemporâneos, contribuam para uma melhor compreensão das implicações que acarreta a construção de uma perspectiva sociocultural em/e para o estudo acadêmico da comunicação. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se busca esclarecer e também reformular o sentido de vários dos termos centrais desse campo acadêmico, nos planos metodológico, teórico e epistemológico, que se reflita sobre eles, pois são os mesmos que ocorrem na América Latina. Em síntese, trata-se de avançar na tarefa central do estudo acadêmico da comunicação, qual seja: *a produção social de sentido sobre a produção social de sentido*.¹

* Profesor-investigador Numerario del Departamento de Estudios Socioculturales del Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente (ITESO) y profesor-investigador Titular “C” del Departamento de Estudios de la Comunicación Social de la Universidad de Guadalajara. Coordinador del Doctorado en Estudios Científico-Sociales del ITESO. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores (Nivel III). Miembro Regular de la Academia Mexicana de Ciencias. Maestro en Comunicación (1989) y doctor en Ciencias Sociales (1996).

¹ Podem-se encontrar análises complementares para a mesma discussão em Fuentes (1998, 2000b, 2002).

O CAMPO ACADÊMICO DA COMUNICAÇÃO E SEUS PROBLEMAS DE LEGITIMAÇÃO

A primeira questão a esclarecer é o conceito de “campo acadêmico” (FUENTES, 1992, 1998), cuja existência, como continente e referente à discussão, se estabelece como premissa de entrada (VASSALLO DE LOPES, 2001) e que, obviamente, se refere à obra de Pierre Bourdieu (1975, 1988, 2000). Porém o que aqui se propõe é um uso *heurístico* (VELASCO, 2000), do modelo de campo como marco interpretativo e referencial, o qual consciente e intencionalmente exclui outras perspectivas de entrada, se bem se integra a postulados da teoria da estruturação de Anthony Giddens (1984) e contribuições de outros autores, para desenvolver uma análise em múltiplas dimensões articuladas e a partir de uma perspectiva *sociocultural*, é dizer, uma que permita investigar as relações entre instituições, discursos e práticas, ou dito de outro modo, entre a ação socialmente estruturada e o sentido gerado pelos sujeitos.

Pode-se considerar, a partir disso, um fato constatável que, independentemente do tempo e do espaço que se usem como escala para identificar o campo acadêmico da comunicação e suas condições de desenvolvimento, no centro desse processo histórico se encontra a questão de sua legitimação, sempre em debate, invariavelmente objeto de querelas tanto no interior quanto no exterior do próprio campo. Quando se discutem as condições de legitimidade intelectual de nossos estudos, ou melhor, quando apelamos à análise epistemológica dos esquemas, discursos e saberes que postulamos como válidos, e são confrontados os critérios de valorização para qualificar ou desqualificar perspectivas que não são a própria, não podemos evitar os fatores sociopolíticos que, em diversas escalas, determinam essa análise também em suas dimensões ontológica, ética e organizacional ou social.²

Por isso, no campo científico, os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos. Porém dever-se-ia considerar com maior cuidado que isso está diretamente relacionado com o grau de *autonomia* conquistado pelo campo. Se a definição do que está em jogo no empenho científico forma parte do mesmo empenho (BOURDIEU, 2000, p. 20), é indispensável reconstruir a

² Resta lembrar que, uma vez desarticulado o projeto de empirismo lógico do centro da discussão filosófica sobre o conhecimento científico, e as certezas dogmáticas que proporcionava aos seus adeptos, a epistemologia das ciências, começando pelas naturais, se vê pressionada pela convicção, qual seja, a de que o conhecimento deve referir-se *validamente* a alguma realidade, como sustentava Popper, e a um conhecimento histórico e socialmente construído, como o proposto por Kuhn. O “critério de demarcação”, a distinção entre conhecimento científico e não-científico, é agora, em vez de uma norma de unificação, um objeto mais de discussão, submetido, tanto às condições da racionalidade quanto às do *poder*.

partir de sua origem as definições em questão, e apreciar em que medida e de que maneira sua formulação e institucionalização dependem de agências de poder internas e externas. Para o campo acadêmico da comunicação, cuja constituição é tão recente quanto incipiente, e devido às suas pretensões de cientificismo, tenham ou não fundamento válido, essas questões seguem indubitavelmente abertas, e tornam muito pertinente a indagação histórica.

O debate sobre a legitimidade intelectual dos estudos sobre a comunicação, que expressa em boa medida o empenho pela legitimação de certas perspectivas e a conseqüente não-legitimação de outras em função de um poder diferencialmente construído e distribuído, teve, sem dúvida, como cenário principal o sistema acadêmico norte-americano, onde parece ter-se imposto nas últimas décadas um pluralismo muito ambivalente e confuso, supostamente coincidente com a crescente concentração e expansão global das indústrias midiáticas. Assim, pode-se explicar por que motivo aquilo que começou no início dos anos 80, como uma busca de esclarecimento sobre o “fermento no campo”, entendido como uma “crise de paradigmas” em termos mais ou menos epistemológicos (*Journal of Communication*, 1983) derivou em uma polêmica multidimensional e em reconhecimento a uma fragmentação aparentemente sem solução, que, entre muitas outras conseqüências, despertou um interesse muito crítico pela história, intelectual e social, do próprio campo. Teria que ser interpretado a partir daí porque, depois de uma década, o debate norte-americano se centrou no “futuro do campo” (*Journal of Communication*, 1993) ou na necessidade de “definir os estudos de meios”. (LEVY; GUREVITCH, 1994), a começar pelos títulos sob os quais se publicou a polêmica. George Gerbner, editor da publicação de 1983, chegou à conclusão que a oposição existente entre conhecimento básico e aplicado, entre ciência e arte, entre análise quantitativa e qualitativa, entre investigação administrativa e crítica, “não se sustenta nem lógica nem praticamente com independência das razões históricas que o fizeram crer assim”. (GERBNER, 1983, p. 362). Mark Levy e Michael Gurevitch, editores por sua vez da edição de 1993, afirmaram, no início, que “a ânsia por descobrir um paradigma universal da comunicação foi substituída por uma cômoda aceitação do pluralismo teórico”, que “ao saber acadêmico da comunicação falta *status* disciplinar porque carece de um núcleo de conhecimento e, portanto, a legitimidade institucional e acadêmica segue sendo uma quimera”. (LEVY; GUREVITCH, 1993, p. 4).

Uma leitura possível do intrincado debate crescentemente internacionalizado e muito pertinente para a situação atual do campo na América Latina, permite distinguir diversas comunidades acadêmicas que alegam ter respostas repetidas às perguntas fundantes do campo, o que demonstra como o estudo acadêmico da comunicação se faz no processo de comunicar sobre a comunicação. Assim, Klaus Krippendorff chamou a atenção (apud ANDERSON, 1996), muitas vezes em seu

reconhecido manual de análise de conteúdo (1980) que insistiu, nos últimos anos, na necessidade de elaborar a partir de outras bases epistemológicas um conceito de comunicação não-centralizado em mensagens como realidades “objetivas”, que “afetam” a quem se expõe a elas e que criam uma “*comunalidad*” social da qual tem de ser evitados os desvios. (KRIPPENDORFF, 1994, p. 42). Em contrapartida, haveria a necessidade de construir uma radicalmente

nova e virtuosa síntese, por meio da qual os seres humanos sejam vistos, primeiro, como seres cognitivamente autônomos; segundo, como praticantes sensatos da comunicação com os outros (e isso inclui os cientistas sociais no processo de suas investigações); e terceiro, como interventores moralmente responsáveis, se não criadores das realidades sociais que acabam vivenciando. (KRIPPENDORFF, 1994, p. 48).

Com bases construtivistas em alguns momentos muito radicais, Krippendorff estabelece um projeto epistemologicamente *reflexivo* e eticamente orientado, do qual seriam responsáveis os acadêmicos da comunicação, como agentes que, por sua vez, reconhecem a capacidade dos outros atores sociais da comunicação para dar conta de suas práticas. Os eixos de uma revisão crítica do campo e dos fundamentos e sua reconstituição teórica não poderiam ser, então, “puramente” epistemológicos, aliás, deveriam articular os fatores de exercício de poder e de legitimidade com a construção de significados.³

Aí, porém, se abre outro questionamento, ainda mais radical e estimulante, que John Durham Peters desenvolve em sua obra *Falar ao vento: uma história da idéia da comunicação* (1999), na qual legitima a pertinência de qualquer análise que não leve em conta que “em grande parte do discurso contemporâneo, a ‘comunicação’ existe como uma espécie de plasma germinal conceitual malformado e indiferenciado. Raramente uma idéia foi tão infestada de lugares comuns”.

Porque “comunicação” chegou a ser propriedade de políticos e burocratas, tecnólogos e terapeutas, todos ansiosos para demonstrar sua retidão como bons comunicadores. Sua popularidade tem ultrapassado sua clareza. Aqueles que buscam aperfeiçoar teoricamente a conclusão do estudo acadêmico acabam muitas vezes apenas formalizando o miasma a partir de uma cultura geral. A conseqüência é que o pensamento, filosoficamente mais rico sobre a comunicação, essa entendida como um problema da inter-subjetividade ou rupturas na compreensão mútua, se encontra freqüentemente naqueles que fazem pouco uso dessa palavra. (PETERS, 1999, p. 6).

.....
³ Na seção seguinte, poderão ser revistas, de uma forma mais detalhada, as implicações metodológicas dessas premissas, que coincidem, em boa medida, com as desenvolvidas por Klaus B. Jensen.

Peters refere que “a noção de teoria da comunicação não é tão velha quanto os anos 40 (quando significava uma teoria matemática do processamento de sinais), e ninguém tinha *entendido a ‘comunicação’ como um problema explícito até as últimas décadas do século XIX*”. (PETERS, 1999, p. 9-10). Como objeto de debate intelectual, situa a comunicação especialmente nos contextos posteriores às duas Guerras Mundiais, tanto nas ciências sociais como nas humanas, e justifica seu estudo na atualidade e, em razão disso, o esclarecimento futuro de seus fundamentos, na constatação de que ao mesmo tempo em que a comunicação se converte em um princípio cada vez mais importante do sentido em todos os segmentos da sociedade, segundo a *doxa* dominante, a academia não logra constituir um sistema de conhecimento que vá além da reprodução dessa *doxa*, desse conhecimento cotidiano acrítico e funcional, com o qual a ciência teria que romper. Segundo Bourdieu, poder-se-ia, então, questionar os constitutivos comuns entre as comunidades de acadêmicos que sustentam propostas divergentes, mas que compartilham essa impossibilidade de construir um conhecimento e um método crescentemente autônomos da determinação social, externa ao campo, porém incorporada e institucionalizada nele. E, em última instância, o que se teria que distinguir é o conhecimento científico dessa *doxofia*, “ciência aparente e ciência da aparência” (BOURDIEU, 2000), que sobretudo pelo seu caráter tecnologista e a partir do surgimento da internet no cotidiano, durante a última década, proliferou no campo e ao redor dele.⁴

A proposta de Peters: “compreender a comunicação é compreender muito mais”, é compreender “as confrontações de nosso tempo consigo mesmo”, pode ser entendida como uma fórmula paralela àquela que foi argumentada por Jesús Martín-Barbero, há mais de uma década, no sentido de que a comunicação ocupa um “lugar estratégico no fato de pensar a modernidade”, razão que é fundamental para que seu estudo seja “transdisciplinar”:

A expansão e interpenetração dos estudos culturais e da comunicação não são fortuitas nem ocasionais. Isso corresponde ao lugar estratégico que a comunicação ocupa, tanto nos processos de reconversão cultural que requer a nova etapa de modernização de nossos países, como na crise que a modernidade sofre nos países centrais. Não é possível compreender o cenário atual dos estudos de comunicação, e ainda menos trabalhar em sua direção, sem pensar nessa encruzilhada. (MARTÍN-BARBERO, 1992, p. 31).

Podemos constatar que muitos analistas da contemporaneidade, ocupando diversas posições nos cenários ideológico e científico, estão propondo que o conhecimento, a informação, a comunicação, que sejam os eixos centrais para a cons-

.....
⁴ Para uma maior compreensão dessa argumentação, a partir desse prisma de análise, veja-se Fuentes (2000a).

trução de um mundo novo, ao mesmo tempo em que se expandam pelo mundo e se concentrem em pouquíssimos núcleos de controle das indústrias do setor. Parece que a idéia de que haja um deslocamento acelerado dos fatores econômicos e políticos para os simbólicos e culturais nos núcleos da transformação social não resulte tão absurda como nos séculos anteriores. As finanças mundiais e as eleições em muitos países como no México em 2000, corroboram esse pensamento. Para alguns o século XXI será marcado pela importância crescente das relações simbólicas, em vez das relações materiais na estruturação da realidade global. A comunicação, talvez com a internet como paradigma, seria, desse modo, a chave central da globalização. Mas o que significa, para cada um dos autores: “conhecimento”, “informação”, e “comunicação”, e que relações conceituais propõem entre esses termos? Isso para mencionar apenas uma dentre tantas perguntas que teriam que se seguir a esta: o que têm a ver com isso os “meios” como instituições industriais?

Minha postura é que, ao deixar de abordar com rigor essas questões básicas, se produza um efeito tal de desagregação no campo, que é apenas aparentemente paradoxal, que prevaleça um “pluralismo” superficial e acrítico, sob a imagem da especialização ou da “interdisciplinaridade” e em realidade se imponham assim o “pensamento único” e a instrumentalização da comunicação e seus recursos. Como corolário de sua obra *História das teorias da comunicação* e, ao menos desde *Pensar sobre os meios* (1987), assim o haviam advertido já os Mattelart:

O pragmatismo que caracteriza os estudos operativos impregna cada vez mais as maneiras de dizer a comunicação. Disso resulta que o campo em seu conjunto experimenta cada vez mais dificuldades para desvencilhar-se de uma imagem instrumental e conquistar uma verdadeira legitimidade como objeto de investigação em sua integridade, tratado como tal, com o distanciamento indissociável de uma gestão crítica. (MATTELART; MATTELLART, 1997, p. 126).

Nesse movimento que, sem dúvida, seguirá sendo objeto de debate durante as próximas décadas, a epistemologia é uma chave principal para legitimar científica e socialmente o campo de estudos da comunicação, consoante a relevância, real ou imaginada, que o poder e a história outorgaram a seu objeto. (MARTÍN-BARBERO, 1987, 2001, 2002; MATTELART; MATTELLART, 1987; MATTELART, 1995, 2000, entre outros). Porém, está implicada, também, inevitavelmente, a necessidade de uma síntese conceitual, teórica e metodológica, que permita identificar a “comunicação” como um objeto científico.

A possibilidade de uma convergência metodológica e social

Não obstante o que foi referido na seção anterior, há evidências de um processo crescente, ainda que não-majoritário, de reflexão crítica e de modificação prática das condições pelas quais o campo de estudos da comunicação se afasta de um estado,

que nunca teve o monopólio da legitimidade científica e social em um grupo, perspectiva ou modelo, e ao mesmo tempo da fragmentação, para avançar em direção a uma “nova e virtuosa síntese” como a anunciada por Krippendorff. A situação atual desse campo parece requerer uma articulação muito delicada de reflexão epistemológica com análises sociológicas e ético-políticas dos intrincados processos de sua legitimação institucional, pois, no fundo, é uma luta ideológica que passa pela *territorialização*, isto é, por sua institucionalização disciplinar, onde tem muitos obstáculos a superar,⁵ ao mesmo tempo pela busca de sua integração metodológica.

Nesse sentido, ante a convicção de que nos debates norte-americano e europeu sobre a história e o futuro do campo da comunicação podem-se encontrar contribuições fundamentais para análises críticas que, a partir do espaço acadêmico latino-americano ninguém mais que os latino-americanos podem dar, conviria muito distinguir entre “os três modos de relação do trabalho acadêmico com as concepções e os modelos de comunicação hegemônicos: dependência, apropriação, invenção”, que Martín-Barbero propôs há quase duas décadas e que resultam essenciais para avançar na análise de “nossos” saberes. Deixando de lado, por ora a invenção, ressalta

a dependência vislumbrada de liberalismo intelectual e ecletismo pós-moderno, conclui que “tudo vale”, ou seja, que todas as concepções “são iguais” e por isso têm os mesmos direitos. Direitos que, em países de desenvolvimento tão precário como os nossos, seria só aplicar o que os outros inventam e “estar em dia”. A apropriação se define, ao contrário, pelo direito e a capacidade de fazer nossos os modelos e as teorias venham de onde vierem geográfica e ideologicamente. O que implica não somente a tarefa de incorporar senão a mais arriscada e fecunda de redesenhar os modelos para que caiba nossa heterogênea realidade, com a conseqüente e inapelável necessidade de fazer leituras sinuosas desses modelos, leituras “fora de lugar”, de uma forma diferente daquela em que foram escritos. (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 6).

Para fomentar essa apropriação crítica latino-americana, pode resultar fecunda a revisão da mais recente obra do dinamarquês Klaus Bruhn Jensen: *Um manual de investigação dos meios e a comunicação: metodologias criativas* (2000). Nessa

.....
⁵ Ainda que não seja possível desenvolver aqui *in extenso* a análise desta dimensão crucial, tem-se que considerar que há uma diferença substancial na institucionalização disciplinar dos estudos da comunicação e, portanto, na constituição do campo acadêmico e suas buscas pela legitimação entre Estados Unidos e América Latina: a *disciplinarização*, ou seja, a construção e a defesa de um território delimitado e relativamente fechado para controlar os processos de produção e reprodução de saberes acadêmicos, nos Estados Unidos, foi, sobretudo, a conseqüência de uma estratégia sociopolítica sustentada pela investigação empírica, aquela que Lazarsfeld chamou “administrativa”. Na América Latina, de uma estratégia de adaptação e justificação sociopolítica das instituições universitárias, fundadas em seu caráter profissionalizante, como veículo de mobilidade social e de “modernização” de camadas privilegiadas da população. Ao contrário, em termos similares nem para os Estados Unidos, nem para a América Latina, na maior parte dos países da Europa, talvez com exceção da Espanha, os estudos sobre a comunicação compartilham dos mesmos problemas de legitimação social e epistemológica, porém, não os de disciplinarização do campo.

obra, que reformula substancialmente o conteúdo de sua versão anterior (JENSEN; JANKOWSKI, 1991), Jensen propõe como passar de um método de comunicação centrado no “intercâmbio de mensagens”, e de outro, não-compatível com ele, da “comunicação como ritual”, a um modelo de “níveis” que bem podem ser chamados socioculturais, que integra os meios tecnológicos contemporâneos não somente com a produção de sentido, mas também com a estruturação da sociedade. Para isso retoma de Giddens (1984) a idéia da “dualidade da estrutura” e acrescenta às categorias de “agência” e “estrutura”, a de “meios”.

A questão fundamental para o campo, conseqüentemente, é a diferença que fazem os meios, não somente em termos de seus “efeitos” sobre as audiências, senão para o restante da estrutura social e para a agência humana, a cultura e a comunicação. Este livro considera como traço distintivo dos meios a produção e circulação de sentido nas sociedades modernas, o que permite uma reflexividade coletiva e a ação coordenada em uma escala sem precedentes. Isso implica que os meios mesmos ocupam o centro de interesse no campo – sua identidade – em um sentido metodológico. O fato de que os meios sejam ao mesmo tempo negócios, formas estéticas e recursos culturais tem interesses teóricos e empíricos primários na medida em que esses traços definem a produção mediada de sentido. Precisamente pela complexidade dos meios como objetos de análise, o campo deve contar com uma variedade de enfoques teóricos, disciplinares, assim como interdisciplinares, levando em consideração a grande proximidade de fatores explicativos que convergem ao seu centro. (JENSEN, 2002, p. 9).

As propostas teórico-metodológicas que se afastam desta nova “concepção” de investigação da comunicação e dos meios de uma maneira integrada, supõem essa como uma prática, que pode ser entendida, como a comunicação, como “um tipo particular de interação social regulada por regras”. E isso inclui, como constitutivos essenciais, ao investigador, seus *sujeitos-objetos*⁶ (ou outras fontes de evidência) e a “*comunidade de pares* que, tarde ou cedo, valorizarão a qualidade dos achados e a conduta profissional”. (JENSEN, 2002, p. 289).

Dessa maneira, está clara a articulação epistemológica, proposta por Jansen, entre a comunicação e a investigação, uma *metaprática* dela. Já em uma obra anterior (1995), Jensen havia formulado a relação entre uma “teoria da comunicação” como semiótica de primeira ordem, e uma “teoria da ciência” como semiótica de segunda ordem. A metodologia adquire, assim, uma força explicativa que escasseava no campo acadêmico e, ao mesmo tempo, proporciona uma plataforma tão sólida como podem ser os construtos científicos, para a convergência no campo, na mesma ordem da “nova e virtuosa síntese” traçada por Krippendorff anos atrás.

.....
⁶ Jensen utiliza o termo “*respondents*” (2002, p. 289).

Com certeza, terá que observar-se – empírica e rigorosamente – os processos de apropriação desta proposta no campo. Porém, não há dúvidas de que estimula uma discussão muito pertinente, que, por meio de sua formulação “política”, pode exigir muita atenção na América Latina, pois para Jensen,

a orientação até a ação social é algo que a investigação divide com a comunicação. Tanto a investigação sobre os meios como a comunicação mediada têm fins, sejam eles implícitos ou explícitos... É a conclusão da comunicação mediada e de sua transformação regulada por ação social combinada, o que é sinal de democracia, não um interminável processo de comunicação. O fim da comunicação serve aos fins da democracia... O fim do processo de investigação é o começo de outras práticas sociais. (JENSEN, 2002, p. 293).

Deve-se advertir, no entanto, que é a institucionalidade, e não a argumentação intelectual, o lugar social onde se articulam o poder e o saber, pelo que o futuro do campo e a luta por sua orientação dependem em maior escala das formas organizacionais do que das teóricas. Para se analisar a fundo o “universo de discurso em que crescemos”, o trabalho historiográfico de Timoty Glander (2000) interpreta as decisões que guiaram a institucionalização do campo de estudos da comunicação nos Estados Unidos no contexto da Segunda Guerra Mundial em sentido estritamente político, pois havia tantos antecedentes acadêmicos para institucionalizá-los em relação com a educação, no campo das humanidades, como com a propaganda, no campo das ciências sociais.

Ao se resolver a definição dos projetos fundacionais em termos do avanço no conhecimento e controle dos mecanismos propagandísticos, centrados na difusão massiva e seletiva de mensagens persuasivas, e não das educativas, associadas à construção democrática de comunidades de conhecimento e ação; para se conseguir não somente apoios políticos e financeiros, mas também a legitimidade acadêmica da *investigação* com esse viés, a separação entre comunicação e educação e a cisão entre humanidades e ciências sociais ficou consagrada no modelo da *Mass Communication* consolidado independentemente de sua consistência epistemológica, primeiramente nos Estados Unidos e logo em seguida, no resto do mundo.

Nos anos 60, época da Guerra Fria e da “modernização” da América Latina, parecia ter sido resolvido o desenho do campo da comunicação. Não só se o tinha institucionalizado, na forma de institutos de investigação, sobretudo, como também se havia definido a sua “missão” ou ao menos a da “*Mass Communication Research*”, considerando as famosas cinco perguntas de Lasswell: – Quem, diz o que, a quem, em que canal, com que efeitos” – convertidas, por Schramm, em autêntico paradigma disciplinar. (ROGERS, 1994). Porém mais que uma história de outro tempo, interessa discutir como se modificam seus traços, até aqui, até a América Latina e até no resto do mundo.

A história dos meios, assim como a das práticas comunicativas ou da idéia de comunicação, tem lugar próprio na investigação, que não haveria de confundir-se com a história do campo acadêmico, embora entre todas essas histórias haja vínculos e laços múltiplos. Na América Latina, por mais que haja antecedentes documentados, inclusive anteriores aos estadunidenses, a história do campo acadêmico da comunicação não abrange mais que as últimas cinco décadas, tempo que leva o processo de sua institucionalização nas universidades e centros de investigação. Nessa trajetória, é muito relevante o fato de que o estudo da comunicação tenha tido muito mais estável na forma de programas de formação profissional do que centros de investigação. Certamente, a dependência “óbvia” da investigação latino-americana a respeito das orientações conceituais e metodológicas estabelecidas pelos investigadores na Europa e nos Estados Unidos, que já documentava e denunciava Luis Ramiro Beltrán (1974, 1976) nos anos 70.

Não há dúvidas de que, em muitos aspectos, ficou para atrás aquela situação de “indagação com viseiras”. Melhor dizendo: a oposição maniqueísta entre o rigor da ciência e o compromisso político com a transformação social, a qual Beltrán descobrira como modelo do debate central na investigação da comunicação na América Latina, nessa época, e que resultava mais nociva ainda que a dependência conceitual e metodológica da qual não estava desvinculada. Porém, do mesmo modo que nas ciências sociais em geral, e no campo da comunicação nos Estados Unidos e em outras regiões, o eixo central dos debates no campo latino-americano pareceu perder-se entre os anos 80 e 90, precisamente na época de seu crescimento explosivo. Como argumentei anteriormente com maior detalhe,

sem que desaparecessem o maniqueísmo ou o dualismo que em outras épocas organizavam o pensamento, o discurso e a ação sobre a comunicação, desde meados dos anos 80 parecem ter-se multiplicado de tal forma as posturas e as posições a partir das quais se pode investigar a comunicação, que o debate é cada vez mais difícil, ao ter menos referenciais comuns. (FUENTES).

Quiçá, se poderia sustentar hoje, tratando de enfatizar a dimensão epistemológica dessa problemática, que esse aparente abandono das premissas críticas, que se sustentaram mais em ideologias políticas do que em posturas científicas, e essa inércia sem projeto que pode documentar-se muito bem no campo latino-americano da comunicação, não apenas nos cerca mais que em outras épocas, referentemente ao que sucede em outras partes, senão que nos exige recompor novamente os esquemas reflexivos a partir de uma postura muito própria. Adianto que já não basta tampouco a análise da institucionalização social e cognitiva do campo, como considero que não é suficiente a análise de sua legitimação intelectual, porém se creio que é conveniente revisar os fundamentos institucionais da disciplinarização do campo e, em conseqüência, as estruturas

transinstitucionais em que se sustenta e impulsiona, principalmente as publicações e as associações acadêmicas.

Em outras palavras, creio que a influência originária do Ciespal⁷ e seus modelos de escolas de jornalismo primeiro e de comunicação depois; a onipresente atividade da Igreja Católica e depois de outras Igrejas nas práticas educativas e comunicativas de todo tipo; os programas estatais de modernização e os variados movimentos políticos e sociais que impulsionaram projetos comunicacionais de signos muito diversos; a intervenção de agências internacionais de várias origens, orientação e capacidade financeira; os interesses direta e indiretamente associados aos meios; e muitas outras agências extra-acadêmicas, têm condicionado de uma forma muito mais determinante, embora enormemente variada, a institucionalização universitária de nosso campo que a racionalidade, não se diga científica, mas organizacional da própria academia.

Embora os modelos básicos de formação universitária de profissionais da comunicação tenham sido importados pela América Latina diretamente dos Estados Unidos, introduzidos em uns sistemas universitários muito diferentes do original. De imediato, adquiriram características divergentes daquelas que agora destaco somente a desvinculação de seu progresso com respeito ao dos sistemas comerciais de meios, que inclusive superaram em alguns aspectos, momentos e países determinados aos modelos norte-americanos. Talvez, a falta de articulação desses programas com a investigação, que sempre foi relativamente rara e durante muitos anos se realizou *principalmente* fora das universidades, e na maior parte dos países também dos meios, distanciou a grande maioria das escolas de comunicação da possibilidade de criar um espaço acadêmico minimamente rigoroso quanto aos saberes que reproduzia. Quando começaram a surgir os programas de pós-graduação, onde se formam os profissionais da investigação, esse padrão já estava solidamente estabelecido, e muitos desses programas não puderam ou não quiseram afastar-se dele.

Pode-se explicar, assim, entre outros traços de nosso campo, o processo de disciplinarização dos estudos de comunicação. A formação dos profissionais, orientada para a criação, expansão e desenvolvimento de um mercado de trabalho nos meios e outras instituições sociais no que se inseriram os universitários egressos, teve um impulso maior por parte das próprias universidades que das indústrias da comunicação. Os meios poderiam empregar especialistas profissionalmente capacitados, porém as universidades deviam legitimar a oferta correspondente a essa demanda, distinguindo sua formação da de outros profissionais: a maneira que prevaleceu foi a recomendada pelo Ciespal em 1963: independentizar, no interior da estrutura universitária, na forma de escolas, faculdades ou departamentos, estudos de “comunicação”. A denominação institucional foi mais importante que a *fundamentação* conceitual.

.....
⁷ CIESPAL: Centro Internacional de Estudos sobre a Comunicação (antes Jornalismo) para a América Latina.

A PROFISSIONALIZAÇÃO AVANÇADA DO CAMPO ACADÊMICO DA COMUNICAÇÃO

A forma de síntese, situada a partir de trabalho de pós-graduação em comunicação, na América Latina, se reforça na atualidade a convicção de que a “comunicação”, como quer que seja definida, implica sistemas e práticas socioculturais, cognitivas, econômicas e políticas, e dimensões psicológicas, biológicas e físicas. A construção de *objetos* de conhecimento sobre ela não pode ignorar que como *sujeitos* estamos implicados com esses objetos. Por isso o fato de construí-los e desenvolvê-los de uma ou de outra maneira afeta sua própria natureza objetiva, a institucionaliza e, de alguma maneira, a “naturaliza”. No campo da comunicação, a *tensão essencial* parece ser ontológica: seu objeto é um fator constitutivo do humano, e ao mesmo tempo, um instrumento para a consecução de fins particulares, histórico-sociais determinados. Estamos feitos de comunicação, como indivíduos e como sociedades, porém também usamos a comunicação para afetar particularmente essa constituição. Daí que a comunicação implique iniludíveis imperativos éticos.

No plano epistemológico, então, essa “tensão essencial” pode ser resolvida, tanto separando como buscando articular ambos os aspectos do fenômeno. As teorias da comunicação, elaboradas nos campos do conhecimento filosófico, das ciências naturais ou formais, das humanidades ou das ciências sociais, são construções alternativas para interpretar sistematicamente, *e comunicar a outros ou com outros*, a forma em que se relacionam na prática concreta as dimensões constitutivas e instrumentais da comunicação. Por razões ideológicas, historicamente explicáveis, parecem ter predominado as perspectivas instrumentais mais reducionistas na constituição do campo acadêmico, ao se centrar a atenção nos meios ou nas mensagens e não nas interações entre sujeitos ou entre esses e as instituições. Porém sua eficácia explicativa, interpretativa ou retórica, ao operar essa redução, gera mais problemas do que os resolve, devido ao que “deixa fora” é precisamente o que resulta indispensável explicar: a constituição comunicativa da realidade social.

Para a teoria da estruturação, *agenciar* é a capacidade do ator social “de reinterpretar e mobilizar um repertório de recursos, em termos de esquemas culturais distintos, diferente daquele que constituiu originalmente o repertório” (SEWELL, 1992, p. 19), pois os recursos nunca estão homoganeamente distribuídos entre os sujeitos sociais (individuais ou coletivos). “Ser um agente significa ser capaz de exercer algum grau de controle sobre as relações sociais das quais se faz parte, o que implica, por sua vez, a capacidade de transformar essas relações sociais em alguma medida.” (SEWELL, 1992, p. 20).

Este princípio, que certamente teria que se desenvolver muito mais, é a base da proposta final desta exposição: é mediante a formação universitária de *agentes acadêmicos* competentes para *produzir socialmente sentido sobre a produção social do sentido*, que o campo acadêmico da comunicação pode não só se reorientar para avançar em

sua legitimação, para ganhar maior autonomia e poder, senão que poderá gerar explicações mais plausíveis e orientadoras das transformações em curso no mundo e do papel que os sistemas e práticas de comunicação têm nessas transformações, e firmar sua legitimação nessa competência acadêmica mais que na competitividade de sua institucionalização disciplinar. Além da contribuição à compreensão e *distribuição social do saber* sobre a comunicação que em sua deformação reducionista não apenas em termos epistemológicos, senão também políticos.

A compreensão da comunicação contemporânea não pode ser tarefa exclusiva de ninguém, pois não se pode produzir sem a contribuição dos saberes de outros. O que pode ajudar a esclarecer mais as condições da legitimação epistemológica dos estudos da comunicação não é sua ausência de conhecimento, senão seu início: sua capacidade de interação crítica e de complementação racional na construção de um conhecimento teórico, sólido e compreensivo, que articule perspectivas diversas sobre um aspecto da realidade que, por definição, é múltiplo. E essa é uma tarefa predominantemente *metodológica*, como o propõem Jensen e outros autores.

Daí a pertinência de concentrar os esforços na profissionalização avançada, na formação de agentes acadêmicos com capacidade metodológica e eticamente regulada, de influir criticamente na definição dos termos mais pertinentes para que o empenho pela identidade e monopolização do saber legítimo, pela acumulação, reprodução e, sobretudo, a *redistribuição social* dos saberes sobre a comunicação, adquira um caráter libertador, ao mesmo tempo científico e político.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, J. A. *Communication theory: epistemological foundations*. New York: The Guilford Press, 1996.

BELTRÁN, S. L. R. (1974). *Communication research in Latino America: the blindfolded inquiry?* International Scientific Conference on Mass Communication and Social Consciousness in a Changing World, IAMCR, Leipzig, en *Investigación sobre comunicación en Latinoamérica. Inicio, Transcendencia y Proyección*. La Paz: Plural Editores, 2000.

_____. (1976). *Premissas, objetos y métodos foráneos en la investigación sobre comunicación en Latinoamérica, en Investigación sobre comunicación em Latinoamérica. Inicio, Transcendencia y Proyección*. La Paz: Plural Editores, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *La especificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison*. Sociologie et Sociétés, Paris, v. VII, n. 1, p. 91-118, 1975.

_____. *Homo academicus. California*: Stanford University Press, 1988.

_____. *Los usos sociales de la ciencia*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

FUENTES NAVARRO, Raúl. *Un campo cargado de futuro: el estudio de la comunicación en América Latina*. México: Felafacs, 1992.

_____. *La emergencia de un campo académico: continuidad utópica y estructuración científica de la investigación de la comunicación en México*. Guadalajara: Iteso/Universidad de Guadalajara, 1998.

_____. *La investigación de la comunicación en América Latina: condiciones y perspectivas para el siglo XXI*. Diálogos de la Comunicación, Lima, Felafacs, n. 56, p. 52-68, 1999; Oficios Terrestres, La Plata, FPCS/UNLP, año V, n. 6, p. 56-67, 1999.

_____. *Educación y telemática*. Buenos Aires: Norma (Enciclopedia Latinoamericana de Sociocultura y Comunicación), 2000a.

_____. Perspectivas socioculturales postdisciplinarias en la investigación de la comunicación. In: OROZCO GÓMEZ, ??? (nome) (Coord.). *Lo viejo y lo nuevo: investigar la comunicación en el siglo XXI*. España: Ediciones de la Torre, 2000b.

_____. *Comunicación, cultura, sociedad: fundamentos conceptuales de la postdisciplinaria*. Tram(p)as de la Comunicación y la Cultura, La Plata, FPCS/UNLP, año I, n. 1, p. 12-29, 2002.

GERBNER, George. The importance of being critical in one's own fashion. *Ferment in the Field, Journal of Communication*, v. 33, n. 3, 1983.

GIDDENS, Anthony. *The constitution of society: outline of the theory of structuration*. California: University of California Press, 1984.

GLANDER, Timothy. *Origins of Mass Communications research during the American cold war: educational effects and contemporary implications*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

JENSEN, Klaus B. *The social semiotics of mass communication*. London: Sage, 1995.

_____. (Ed.). *A handbook of media and communication research: qualitative and quantitative methodologies*. London; New York: Routledge, 2002.

_____. JANKOSWIKI, Nicholas W. (Ed.). *A handbook of qualitative methodologies for mass communication research*. London; New York: Routledge, 1991.

JOURNAL OF COMMUNICATION, v. 33, n. 3, Special issue: Ferment in the field, 1983.

_____. V. 43, n. 3-4, Special issue: The future of the field: between fragmentation and cohesion, 1993.

LEVY, Mark R.; GUREVITCH, Michael. Editor's note. In: The future of the field. *Journal of Communication*, v. 43, n. 3, 1993.

_____; _____. *Defining media studies: reflections on the future of the field*. New York: Oxford University Press, 1994.

KRIPPENDORFF, Klaus. *Content analysis: an introduction to its methodology*. Beverly Hills: Sage, 1980.

_____. The past of communication's hoped-for future. In: LEVY, Mark R.; GUREVITCH, Michael. *Defining media studies: reflections on the future of the field*. New York: Oxford University Press, 1994.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía*. México: Gustavo Gili, 1987.

_____. *Pensar la sociedad desde la comunicación: un lugar estratégico para el debate a la modernidad*. Diálogos de la Comunicación, Lima, Felafacs, n. 3, p. 28-33, 1992.

_____. Deconstrucción de la crítica: nuevos itinerarios de la investigación. In: VASSALLO DE LOPES, Maria I.; FUENTES NAVARRO, Raúl (Comp.). *Comunicación, campo y objeto de estudio perspectivas reflexivas latinoamericanas*. Guadalajara: Iteso/UAA/UdeCol/UdeG, 2001.

_____. *Oficio de cartógrafo: travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura*. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 2002.

MATTELART, Armand. *La comunicación-mundo: historia de las ideas y de las estrategias*. Madrid: Fundesco, 1995.

_____. *Historia de la utopía planetaria: de la ciudad profética a la sociedad global*. Barcelona: Paidós Transiciones, 2000.

_____; MATTELART, Michèle. *Pensar sobre los medios: comunicación y crítica social*. Madrid: Fundesco, 1987.

_____; _____. *Historia de las teorías de la comunicación*. Barcelona: Paidós Comunicación, 1997.

PETERS, John D. *Speaking into the air: a history of the idea of communication*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

ROGERS, Everett M. *A history of communication study: a biographical approach*. New York: The Free Press, 1994.

SEWELL Júnior, William H. *A theory of structure: duality, agency and transformation*. American Journal of Sociology, v. 98, n. 1, p. 1-29, 1992.

VASSALLO DE LOPES, Maria I. Reflexiones sobre el estatuto disciplinario del campo de la comunicación. In: _____. FUENTES NAVARRO, Raúl (Comp.). *Comunicación, campo y objeto de estudio: perspectivas reflexivas latinoamericanas*. Guadalajara: Iteso/UAA/UdeCol/UdeG, 2001.

VELASCO GÓMEZ, Ambrosio (Coord.). *El concepto de heurística en las ciencias y las humanidades*. México: Siglo XXI/CIICH Unam, 2000.